

BUSCA ATIVA PARA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Francisco Jardsom Moura Luzia¹
Maria Milena Farias De Souza Castro²
Aglauvanir Soares Barbosa³
Paula Marciana Pinheiro De Oliveira⁴

RESUMO

Estima-se que 2,2 milhões de pessoas no mundo apresentam deficiência visual e considerando que a visão facilita a realização de atividades de vida diária, uma série de barreiras podem ser identificadas no processo de assistência à saúde desse público. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência que objetivou relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem durante a busca ativa e identificação da situação de saúde para a realização de Distribuição Espacial das Pessoas com Deficiência Visual em município do interior do Ceará. As buscas aconteceram a partir de um planejamento dos acadêmicos com os Agentes Comunitários de Saúde responsáveis pelas áreas, para a realização das visitas. Foi adotada estratégia de amostragem por referência para identificação das Pessoas com deficiência visual nas áreas. Foram encontradas dificuldades na identificação dessas pessoas, principalmente pelo fato de não conhecerem a classificação de baixa-visão. Ao todo foram identificados 28 Pessoas com Deficiência visual. A partir das falas dos entrevistados observou-se que muitas dificuldades no acesso aos serviços de saúde foram mencionadas, de modo que em alguns casos, optavam por não comparecer para evitar estresse com filas e demora no atendimento. A experiência adquirida na realização da busca ativa foi importante na aquisição de conhecimentos pelos acadêmicos, sendo possível observar qual o papel dos Agentes Comunitários na promoção da saúde em suas áreas e conhecer a realidade da população com deficiência reconhecendo a importância da inserção dessas na rotina dos serviços de saúde e a necessidade de capacitação dos profissionais.

Palavras-chave: Enfermagem Distribuição Espacial da População Pessoas com Deficiência Promoção da Saúde .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, jardsommouraenf@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, fariasmilena49@gmail.com²

Universidade Estadual do Ceará, Instituto de Ciências da Saúde, Discente, glausb@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Docente, paulapinheiro@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

O conceito de Pessoa com Deficiência relaciona-se diretamente a associação da limitação física, psíquica ou sensorial com as barreiras que impedem a participação plena na sociedade e o desenvolvimento de suas atividades de vida diária. De acordo com dados do relatório mundial sobre deficiência, aproximadamente 15 % da população convive com um ou mais de um tipo de deficiência, configurando como um importante problema de saúde pública (WORLD HEALTH ORGANIZATION-WHO, 2011). Atualmente, estima-se que 2,2 milhões de pessoas no mundo apresentam deficiência visual e considerando que a visão é um dos mais importantes sentidos, pois facilita a realização de atividades como ler, caminhar e trabalhar, uma série de barreiras podem ser identificadas no processo de participação social e nos serviços de saúde por parte desse público. Sendo assim, deve-se procurar meios para a participação e reinserção das Pessoas com Deficiência Visual na sociedade e a adoção de métodos que garantam a utilização dos serviços de saúde por parte delas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019). Devido às limitações decorrentes da deficiência, como o sedentarismo e fatores relacionados ao envelhecimento, as Pessoas com Deficiência Visual apresentam maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de doenças crônicas e necessitam de acesso contínuo aos serviços de saúde, principalmente a Atenção Primária, considerada porta de entrada para os demais serviços que compõem a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (SANTOS et al., 2020). Sendo assim, estratégias que promovam a acessibilidade, a diminuição das barreiras e que possibilitem a igualdade de condições com as pessoas sem deficiência são indispensáveis no processo saúde-doença desse público (MOSCOSO-PORRAS; FUHS; CARBONE, 2019). Questões voltadas à acessibilidade e igualdade de condições, permeiam como desafios importantes para o gerenciamento das Unidades de Atenção Primária a Saúde (UAPS), visto que normalmente seguem uma rotina pré-estabelecida voltada aos usuários que comparecem com maior frequência aos serviços. Além disso, muitas vezes, não possuem as ferramentas necessárias para o atendimento domiciliar, como transporte e insumos, ou mesmo qualificação como o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que facilita a comunicação com as Pessoas com Deficiência (CONDESSA et al., 2020). Além das adversidades encontradas pelos serviços de saúde no atendimento as Pessoas com Deficiência Visual valem destacar também a presença de barreiras físicas de acesso às unidades como a distância de localização dos serviços em relação às residências, a ausência de transportes acessíveis e o tempo de deslocamento dessas pessoas. Ademais, infortúnios como a demora no atendimento, a falta de profissionais e o horário de funcionamento das unidades podem surgir como fatores predisponentes ao não comparecimento das Pessoas com Deficiência Visual as UAPS (ARAÚJO et al., 2018). Sendo assim, é imprescindível que os profissionais que compõem os serviços de saúde conheçam a realidade das pessoas para as quais estarão prestando atendimento, tendo como base o conhecimento dos arranjos regionais propostos pela Política nacional da Atenção Básica (PNAB) e dos princípios de universalidade, integralidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde, além dos conhecimentos sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, visando promover saúde de modo a abranger também as Pessoas com Deficiência visual que residem nas localidades pelos quais são responsáveis e inseri-las na rotina dos serviços (SANTOS et al., 2020). Com base nesse contexto, o presente estudo objetivou relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem durante a busca ativa e identificação da situação de saúde para a Distribuição Espacial das Pessoas com Deficiência Visual em município do interior do Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência desenvolvido por Acadêmicos de Enfermagem,



referente a realização de busca ativa e identificação da situação de saúde para distribuição espacial de Pessoas com Deficiência Visual vinculado a uma pesquisa do Mestrado Acadêmico de Enfermagem de uma Universidade no interior do Estado do Ceará. A busca ativa foi realizada entre os meses de setembro de 2019 a janeiro de 2020 em um município situado a 60,21 km da capital Fortaleza.

Para a identificação das Pessoas com Deficiência Visual, inicialmente foram pactuados com os gestores das Unidades de Atenção Primária à Saúde da Sede e de dois distritos do município a realização do mapeamento e das visitas que seriam realizadas nas residências dentro de sua área de cobertura. Logo após, os Agentes Comunitários de Saúde foram convidados e se propuseram a auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Anteriormente, foi realizada capacitação sobre Deficiências, acessibilidade e inclusão com os Agentes Comunitários de Saúde, um dos componentes da pesquisa base.

As visitas foram realizadas nos períodos da manhã e tarde conforme disponibilidade dos Agentes Comunitários de Saúde e dos acadêmicos envolvidos. Os Agentes Comunitários de Saúde indicaram algumas pessoas dentro de seus territórios que se adequavam nos quesitos pré-estabelecidos de cegueira e baixa-visão promovendo o início e direcionamento das primeiras coletas residenciais. Após a identificação seguindo o roteiro da pesquisa base, foram explicados os objetivos da pesquisa e realizado o convite e após aceite, procedeu-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e a aplicação de questionários voltados à caracterização sociodemográfica e a fatores relacionados à deficiência, além da demarcação da residência dos participantes de acordo com as coordenadas do "Global Positioning System" (GPS). Considerando tratar-se de um relato de experiência, não será divulgada qualquer informação que possa identificar os participantes da pesquisa. Foram respeitados os preceitos éticos preconizados pela resolução 466/2012 e o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com parecer nº 3.999.424.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas aconteceram a partir de um planejamento prévio dos acadêmicos com os Agentes Comunitários de Saúde responsáveis pelas áreas em questão, através de reuniões presenciais e contatos telefônicos, onde foram pactuados horários, disponibilidade e locais de encontro para serem realizadas as visitas às pessoas que possivelmente se enquadram na proposta da pesquisa.

Inicialmente os Agentes Comunitários de Saúde indicaram algumas pessoas que eles consideravam possuir deficiência visual e a partir delas iniciou-se uma busca através de referenciação, onde cada Pessoas com Deficiência visual identificada era responsável por indicar outra pessoa dentro da sua região que também se enquadram no público-alvo do estudo para ser realizada uma visita até a sua residência. Ao todo, foram entrevistados 28 Pessoas com Deficiência visual.

Sabe-se que as pessoas com deficiência visual representam a maior parcela dentre as pessoas que consideram ter algum tipo de deficiência, com isso subentende-se que as pessoas que possuem essas características serão facilmente encontradas nas áreas de investigação. No entanto, os acadêmicos encontraram muitas dificuldades no que se refere a identificação destas pessoas para compor a amostra da pesquisa, seja por falta de conhecimento de outros na comunidade que pudesse dizer ou por barreiras de acessibilidade e distância das residências que podem influenciar diretamente na utilização dos serviços de saúde por este público.

Um estudo realizado em Minas Gerais que visava mapear as características socioeconômicas, o perfil profissional e as condições de saúde das Pessoas com Deficiência, mostrou que uma parte dos entrevistados dependia exclusivamente dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que acarretava uma



piora no seu estado de saúde devido a demora para o atendimento e obtenção de consultas (OLIVEIRA et al., 2017). Esses fatores evidenciam a carência da implementação de políticas voltadas à Pessoa com Deficiência e as dificuldades no acesso a serviços que devem ser garantidos por lei (PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017).

Vale ressaltar também que algumas condições que promovem a perda da visão, como a Catarata, podem ser corrigidas através de intervenções cirúrgicas, impedindo a sua progressão. Com isso, quanto mais demorada é a assistência maior é a probabilidade de gravidade das condições, podendo levar a cegueira ou a problemas funcionais definitivos (WHO,2019).

Quando questionados sobre a utilização dos serviços de saúde, os acadêmicos puderam observar nas falas que as pessoas com deficiência visual tinham dificuldade para comparecerem às consultas e devido as barreiras encontradas optando na maioria das vezes pela não utilização dos serviços.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define como barreira qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que promovam um impacto negativo na participação integral e o exercício de seus direitos sociais com autonomia e independência (BRASIL, 2015). Sabe-se que muitas são as barreiras encontradas na literatura científica no que se refere a participação de Pessoas com Deficiência na sociedade, sendo assim, pode-se destacar as barreiras urbanísticas e de acessibilidade, de comunicação, atitudinais e tecnológicas, como as que aparecem com maior frequência e são retratadas também no estatuto (BRASIL, 2015; HILGERT, 2019).

Durante o preenchimento dos questionários, um dado chamou a atenção dos acadêmicos responsáveis pelas coletas: o motivo da perda da visão, já que a maioria dos participantes relatou ter sido por complicações de doenças, ou seja, perderam a capacidade de ver em fases distintas de sua vida, não nascendo com a restrição. Com isso, relatos de doenças crônicas pré-existentes como hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, acompanharam boa parte das respostas das coletas realizadas e surgem como importante problema a ser considerado pelos serviços de saúde.

Muitos são os fatores que podem ocasionar problemas de visão como: envelhecimento, genética, exposição e comportamentos relacionados ao estilo de vida, infecções e outras condições de saúde, podendo ser na maioria das vezes multifatorial, como é o caso das doenças crônicas que surgem com o envelhecimento, tendo como destaque o Diabetes Mellitus tipo 2, que dentre as diversas complicações estão as retinopatias causadas pela falta de controle dos níveis glicêmicos e aparecem como importante problema de saúde pública. Além das retinopatias outras condições clínicas se destacam quando se trata dos principais problemas visuais que acometem a população, com destaque para a degeneração macular, glaucoma, catarata, opacidade da córnea e tracoma (WHO, 2019).

No que se refere a percepção das Pessoas com Deficiência visual entrevistadas sobre a diferença entre cegueira e baixa-visão, a maioria não conhecia a definição de baixa-visão e por esse motivo consideravam que a deficiência visual se tratava apenas da cegueira e não se relacionava com a diminuição da acuidade visual provocada por outras doenças que acometem os olhos.

De acordo com o último Censo Demográfico realizado em 2010, mais de 6 milhões de pessoas no Brasil se enquadram nos quesitos de baixa-visão, o que representa a maior parte da população que considera possuir deficiência visual (IBGE,2010). Sabendo disso, é imprescindível que o conhecimento sobre a temática seja repassado à população para que seja possível identificar e promover a saúde dessas pessoas (MALTA et al., 2016).

CONCLUSÕES

Apesar de existirem políticas públicas que garantem a inserção das Pessoas com deficiência nos diversos



ambientes sociais e de saúde, a assistência ao público ainda apresenta muitas vulnerabilidades e, na maioria das vezes, só ocorre após mobilização da sociedade civil. Com isso, é importante que os profissionais de saúde responsáveis pela identificação e assistência estejam capacitados para realizá-las.

A experiência adquirida na realização da busca ativa foi de extrema importância para a aquisição de conhecimentos sobre territorialização e regionalização, de modo que foi possível observar como se dava o trabalho dos Agentes comunitários de saúde e qual o seu papel na promoção da saúde das pessoas de suas áreas. Além disso, os acadêmicos puderam conhecer a realidade da população com deficiência e reconheceram a importância da inserção dessas pessoas na rotina dos serviços de saúde, além de entender e refletir sobre a necessidade de capacitação de profissionais para lidarem diretamente com este público.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira por possibilitarem a realização das atividades de pesquisa e a PROPPG pelo excelente trabalho desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. M. de; ARAGÃO, A. E. de A.; PONTE, K. M. de A.; VASCONCELOS, L. C. A. Pessoas com deficiências e tipos de barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde - revisão integrativa / Disabled people and types of barriers to the accessibility of health services - integrative review. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 10, n. 2, p. 549-557, 2 abr. 2018. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i2.549-557>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012

BRASIL. LEI No 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONDESSA, A. M.; GIORDANI, J. M. do A.; NEVES, M.; HUGO, F. N.; HILGERT, J. B. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, p. e200074, 6 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>.

HILGERT, A. C. Acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde pública. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 1, n. 04, p. 05-27, 24 abr. 2019. .

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota técnica 01/2018: Releitura dos dados de Pessoas com Deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. 2018. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Português.

MALTA, D. C.; STOPA, S. R.; CANUTO, R.; GOMES, N. L.; MENDES, V. L. F.; GOULART, B. N. G. de; MOURA, L. de. Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3253-3264, out. 2016.



<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.17512016>.

MOSCOSO-PORRAS, M.; FUHS, A. K.; CARBONE, A. Barreiras de acesso aos serviços de saúde para pessoas portadoras de deficiência física: o caso peruano. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 12, 2019. DOI 10.1590/0102-3111x00050417. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2019001405001&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 11 maio 2021.

OLIVEIRA, D. G.; SHIMANO, S. G. N.; SALOMÃO, A. E.; PEREIRA, K. Avaliação do perfil socioeconômico, formação profissional e estado de saúde de pessoas com deficiência visual. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, v. 76, n. 5, p. 255-258, out. 2017. <https://doi.org/10.5935/0034-7280.20170053>.

PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLLIL, P. F. POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Psicologia em Revista*, v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>.

SANTOS, M. L. de M. dos; FERNANDES, J. M.; VICENTE, D. P.; SIMIONATTO, J.; SANCHES, V. S.; SOUZA, A. S. de; CHRISTOFOLETTI, G.; MEREY, L. F. Barreiras arquitetônicas e de comunicação no acesso à atenção básica em saúde no Brasil: uma análise a partir do primeiro Censo Nacional das Unidades Básicas de saúde, 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 2, maio 2020. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742020000200018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 maio 2021.

WORD HEALTH ORGANIZATION. World report on disability. 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World Report on Vision. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-vision>. Inglês.

